

**A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO NORDESTE NAS CRÔNICAS DE GRACILIANO RAMOS**

Marcel Lúcio Matias Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa as crônicas do livro *Viventes das Alagoas* (1962), de Graciliano Ramos. Pretende mostrar que essas crônicas contribuíram para a construção de uma representação identitária para o Nordeste do país, pois descrevem os costumes e as características geográficas e também relatam fatos que ocorreram nessa região, como o fenômeno de banditismo social que ficou conhecido como cangaço. Para fundamentar o debate, recorreu-se aos estudos do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior e às concepções do teórico Stuart Hall. Ao final, percebe-se como os textos artísticos são capazes de participar do processo de construção identitária de um determinado espaço social.

**Palavras-chave:** Nordeste, Graciliano Ramos, Identidade cultural.

A temática da identidade nacional ou regional é um assunto complexo e em evidência nos estudos literários. O risco de uma interpretação meramente abstrata é comum nesse tipo de análise, por isso, torna-se importante ressaltar que um conceito como o de identidade, ao mesmo tempo em que é simbólico, é também de constatação de uma realidade. Ao se discutir a construção identitária de um lugar, os elementos abstratos são levados em conta, mas não se pode esquecer que os aspectos que identificam um espaço histórico possuem uma aplicação concreta em uma dada realidade.

Na literatura brasileira, existe uma forte tendência à tentativa de construção de uma identidade cultural para o país e suas regiões. Os escritores e leitores brasileiros têm a necessidade de afirmar, por meio do texto, a sua identidade nacional. Essa insistência em se reconhecer através do texto ficcional fez com que a estética naturalista se tornasse uma constante na literatura do Brasil. Segundo Flora Süssekind, em três momentos capitais da história da literatura brasileira, o naturalismo tentou espelhar, através da ficção, a realidade: na segunda metade do século XIX, com o realismo positivista; na década de 30 do século XX, com o romance social nordestino; e durante o período que vai dos anos 60 até os 80 do século passado, com a narrativa jornalística (romance-reportagem) a fim de desmascarar os desmandos da ditadura militar (cf.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Cidade Alta. E-mail: marcel.matias@hotmail.com.

SÜSSEKIND, 1984, p. 40). Mas, não é só a literatura que tenta mitificar o real, as outras artes, como a pintura e a música, também participam desse fenômeno, além, é claro, de estudos sociológicos e científicos, da imprensa, de textos despretensiosos e, hoje, da atuação da mídia.

O aspecto problemático no momento de se tentar construir uma identidade é a homogeneização envolvida no processo. Tende-se a esquecer que a realidade não é um todo igual, mas sim um lugar fragmentário e possuidor de muitas diferenças. Assim cai-se em uma posição maniqueísta: afirmam-se determinados elementos e ocultam-se outros com o intuito de uniformizar os costumes e os modos de ser de um lugar. Geralmente, os elementos afirmados estão relacionados a interesses políticos e econômicos que movem a elite no contexto social. Por isso, deve-se desconfiar da busca cega pela verdadeira e unificada identidade. Existem interesses invisíveis que movem esse tipo de processo. E, contemporaneamente, motivados por uma série de acontecimentos históricos, os estudos na área de humanas cada vez mais tentam “desmascarar” a ilusão de identidade homogênea.

A desconfiança em relação à representação artística, científica ou jornalística do real está no ar. Stuart Hall, ao abordar a questão da identidade cultural na pós-modernidade, assegura que: “Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2003, p. 09).

Sabendo-se em meio a uma mudança estrutural na visão que tem sobre cultura e identidade, o indivíduo dos dias de hoje não mais mantém uma posição centrada e iluminista, pois começa a perceber que tudo ao seu redor faz parte de um universo movente. Assim o conceito ou idéia feita sobre determinado lugar não pode e não deve ser preservado para sempre. Daí a necessidade de se observar que a identidade nacional de um país ou a identidade regional de um estado ou cidade também estão em movimento, ou seja, em permanente processo de recriação, pois a identidade de um lugar é resultado de uma elaboração discursiva que almeja unificar as características mais díspares existentes em meio a uma comunidade heterogênea de sujeitos. Por isso, ao analisar a diversidade de manifestações culturais do Brasil, Alfredo Bosi assevera que reconhecer o caráter plural da cultura é um passo determinante para compreendê-la (BOSI, 2003 (b), p. 07).

Nas palavras de Hall, “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2003, p. 50). Além disso, segundo o estudioso, “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo a uma grande família nacional” (HALL, 2003, p. 59) As sentenças que Hall emitiu sobre a cultura nacional e sobre a busca desta pela unificação dos costumes também podem ser aplicadas à cultura regional, como no caso do Brasil, país marcado por uma suposta unidade cultural nacional e que ao mesmo tempo se orgulha de possuir uma nítida divisão cultural regional.

No caso das características estipuladas ao que se convencionou denominar região Nordeste do Brasil, apoiando-se nas idéias de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, percebe-se que elas servem para perpetuar certas imagens e estereótipos – mitos - criados em meados do ano de 1910. Até essa data não se falava em Nordeste brasileiro, o Brasil era dividido apenas em Norte e Sul, classificação que já trazia em si as imagens preestabelecidas de pobreza para o primeiro e riqueza para o segundo.

Segundo Muniz de Albuquerque Júnior, a partir do momento em que a elite que dominava a região que viria a se chamar Nordeste percebeu meios de lucrar em cima de uma determinada divisão geográfica possuidora de costumes e problemas próprios, criaram-se mecanismos discursivos para representarem e instituírem o real da região. Foi assim que, como forma de arrecadar mais subsídios financeiros para si, a elite entendeu que poderia justificar a miséria do lugar por causa da seca, fenômeno natural, do cangaço e do messianismo, fenômenos sociais. Em estudo realizado em 1921, o político pernambucano Agamenon Magalhães discorria sobre a necessidade de investimentos no Nordeste que combatessem os principais problemas regionais:

O sertanejo não tem conhecimentos técnicos, não tem fortuna para fazer a grande açudagem, a canalização dos rios, as barragens e outros empreendimentos necessários a [sic] modificação das condições físico-geográficas do Nordeste, realizem o governo esse trabalho extraordinário, patriótico: prolonguem as vias férreas que o ‘hinterland’ do Nordeste será um mundo novo, o Brasil do futuro [...].

Há nas populações dos sertões do Nordeste elementos rebeldes à ordem e a qualquer disciplina social. [...] os cangaceiros [...] aterrorizando com os seus crimes os sertões do Nordeste. Esse elemento dispersivo e mau tem encontrado um ambiente social propício ao seu desenvolvimento [...].

Não é só o banditismo que perturba a paz dos sertões.

O fanatismo é ali [no Nordeste] uma diátese que se torna imprescindível combater. O sertanejo sem instrução nem cultura, chumbado a um meio social e físico

caracteristicamente hostil na ignorância absoluta dos fenômenos naturais, é um supersticioso e por vezes um fanático (MAGALHÃES, 1985, p. 39-42).

Era necessário, portanto, bastante capital para combater a seca, o messianismo e o cangaço. E, mesmo isso, não garantiria que esses problemas viessem a ser resolvidos, por isso, talvez, no futuro, mais capital fosse preciso (cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 22-27). Até hoje, a região Nordeste precisa de dinheiro para combater a injustiça da natureza. O que não se percebe, apesar de estar claro, é a injustiça dos homens da região. Em crônica publicada em 1942, José Lins do Rego comentou uma viagem que fez ao sertão nordestino. Em meio a descrições da paisagem e do tipo humano da região, José Lins percebeu claramente a questão da representação criada para o sertanejo com a qual se deparou e sentenciou: “Sertanejo de hoje é muito criação das obras contra as secas” (REGO, 2004, p. 263).

Para uniformizar o que se diz a respeito de uma região que se quer igual mesmo nas diferenças, determinadas formas de se ver o lugar foram criadas e passaram a ser reproduzidas pela sociedade e seus representantes, políticos, estudiosos, artistas. Nem sempre quem difunde os discursos de legitimização da realidade de um lugar o faz com interesse ou maquiavelismo, porque, uma vez que os discursos são tidos como verdadeiros, passam a ser citados como se fossem verdade imutável. O indivíduo, preso a seu momento histórico, não percebe que, sobre uma identidade nacional ou regional, existem fatores que não são a realidade, mas que instituem esta. É assim que autores e intelectuais combativos ao *status quo* terminam agindo, pensando fazer o contrário, em favor do sistema.

Refletindo sobre os meios de divulgação de idéias na sociedade, Muniz de Albuquerque Júnior faz a seguinte ressalva sobre as obras de arte: “[...] têm ressonância em todo o social. Elas são máquinas de produção de sentido e de significados. Elas funcionam proliferando o real [...]. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 30). Dessa maneira, o estudioso alerta para o cuidado que se deve ter quando se entra em contato com um produto artístico, pois este, independente das intenções do autor, institui a realidade.

Os políticos são os grandes usuários da ideologia da identidade nacional ou regional, pois, ao exporem ao povo como motivo de sua carreira política a defesa dos valores do Brasil ou de sua região, alcançam a simpatia de muitos, que se sentem identificados, e deslocam a discussão da consciência de classe para a consciência

nacional ou regional (cf. CHAUI, 2000, p. 26). Agamenon Magalhães, ainda para justificar a vinda de subsídios de combate aos “dias sinistros da seca” para o Nordeste, argumentava em relação ao sertanejo: “Um povo de tais possibilidades deixa no espírito dos moços que tem [sic] esperança nos destinos da pátria, a impressão feliz de que o Brasil será uma nacionalidade pujante, indestrutível” (MAGALHÃES, 1985, p. 41). Após fazer o elogio do sertanejo dentro dos destinos vitoriosos da pátria, Magalhães acrescentava: “É indispensável não esmorecerem os governos nas obras do Nordeste e levarem a termo os trabalhos contra a seca, modificando as condições físico-geográficas da região semi-árida, realizando a obra patriótica de reintegração social e econômica do Brasil” (MAGALHÃES, 1985, p. 45).

Por isso, observando a formulação do discurso de políticos nordestinos da primeira metade do século XX, Antônio Barroso Pontes concluiu:

Na verdade, foram eles [os políticos nordestinos] que inadvertidamente pintaram para as áreas privilegiadas do Sul um Nordeste malsinado pela fome, doenças, sede e o drama do êxodo rural nas secas periódicas [...]. E, à procura de meios financeiros [...], o único retrato que exibiam da região era o espantinho do gado que morria nas fazendas, a carência de açudes, a falta de alfabetização de jovens e adultos, enfim um mundo de miséria apavorante (PONTES, 1973, p. 146).

Assim, dentro de um processo cíclico de criação, renovação e perpetuação, o mito da identidade nacional ou regional se difunde dialeticamente em todas as camadas da sociedade. Getúlio Vargas, famoso por sua habilidade política, sabia da necessidade de se formar uma imagem para o Brasil, por isso, investiu bastante nessa área. Em entrevista, Vargas afirmou: “O novo Estado [...]. Assegura os fundamentos históricos da nação, os seus elementos essenciais de existência e os reclamos de seu progresso” (VARGAS apud SILVA, 2004, p. 63). Essa entrevista foi concedida no início do Estado Novo. Percebe-se que, nela, o político utiliza claramente o motivo da identidade nacional em favor do seu sistema ditatorial.

Um dos maiores investimentos de Vargas na intenção de construir uma imagem positiva do país durante o seu governo foi o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que funcionou, no período do Estado Novo, censurando opiniões contrárias e difundindo opiniões de louvor a Vargas e ao sistema sob o qual ele mantinha o país. O DIP criou na imprensa dois órgãos para a divulgação das idéias do Estado Novo: as revistas *Cultura política* e *Ciência política*. A primeira funcionava como um veículo capaz de agregar intelectuais de tendências diversas, comportava-se como uma revista que possuía liberdade de imprensa; enquanto que a segunda agrupava

intelectuais seguidores do Estado Novo e pregava abertamente a adesão a este (cf. FACIOLI, 1987, p. 66).

*Cultura política*, que circulou mensalmente de abril de 1941 a agosto de 1944 (cf. MORAES, 1992, p. 185), contou com a participação de grandes nomes da intelectualidade brasileira do período. Dentre os quais: Marques Rebelo, Câmara Cascudo, Peregrino Júnior, Lúcio Cardoso e Graciliano Ramos. Com o intuito de incentivar “o conhecimento da realidade brasileira através da valorização do elemento regional e da tradição passadista” (MORAES, 1992, p. 186), *Cultura política* possuía três seções fixas: “Quadros e costumes do Nordeste”, a cargo de Graciliano Ramos; “Quadros e costumes do Centro-Sul”, a cargo de Marques Rebelo; e “Quadros e costumes do Norte”, a cargo de Basílio da Gama (cf. MORAES, 1992, p. 186).

A revista editada pelo governo Vargas utilizava textos sobre as diferentes regiões do país para mostrar que Vargas fazia uma política nacionalista e unificadora sem esquecer as diferenças que caracterizavam o Brasil como um todo. No entanto, o que era diferença no sentido nacional ocultava diferenças existentes dentro das próprias regiões e contribuía para uma visão cristalizada da realidade de cada região do país. Por isso, ao abordar o discurso regionalista, Muniz de Albuquerque Júnior diz: “Muitas vezes o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um estado ou uma área que são apresentados e descritos como ‘costumes do Norte ou do Nordeste’ ou ‘costumes de São Paulo’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 42). E a intenção escondida por trás da homogeneização do discurso beneficia, como já foi comentado antes, apenas a elite da região e desloca a discussão do plano social e econômico para o plano ideológico da consciência nacional.

Adotando-se os pontos de vista expostos nos parágrafos anteriores, percebe-se que o escritor Graciliano Ramos, ao redigir os “Quadros e costumes do Nordeste” para *Cultura política* e crônicas sobre os costumes de sua região para jornais dos anos 30 e 40 do século passado, contribuiu involuntariamente para a criação e a afirmação de uma identidade para o Nordeste. Essa identidade é uma das responsáveis pelo surgimento de estereótipos e pela manutenção da miséria nas classes bastardas, pois, geralmente, só beneficia a classe social dominante que deseja manter a todo custo o controle sobre a situação.

A observação desse fato soa um tanto contraditória em comparação com a fortuna crítica a respeito de Graciliano Ramos, porque este escritor é sempre visto como um negador dos valores vigentes que se posiciona ao lado dos desvalidos. Dênis de

Moraes, defendendo a autonomia intelectual de Graciliano Ramos em relação a Vargas, afirma: “Basta consultar as crônicas de Graciliano, reunidas no livro póstumo *Viventes das Alagoas*, para constatar a inexistência de uma frase sequer de loas ao totalitarismo e à sua política cultural; Getúlio Vargas é ignorado” (MORAES, 1992, p. 186). Ricardo Ramos também atesta a postura ética de Graciliano:

A colaboração na revista *Cultura Política* vem a seguir. Com uma agravante, ao que se pretende, a colaboração na revista luso-brasileira *Atlântico*, entre salazarista e estadonovista. Sim, não há nada a observar. Graciliano publicou nas duas crônicas e contos. Aquilo de, se não me censuram, publico até no *Diário Oficial* [...]. Não há por que sugerir um “bico no DIP, ou mais”. Decerto a revista se subordinava ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Mas ele nunca trabalhou lá, obviamente, escreveu e assinou suas crônicas na *Cultura Política* [...]. Falar em DIP, insinuar entendimento maior seria leviandade. Que significa “ou mais”? Além de leviana, a simples dúvida é desrespeitosa para com Graciliano (RAMOS, 1992, p. 217-218).

No entanto, quando se está em meio a um processo histórico, muitas vezes pode-se perder a noção das conseqüências geradas pela sua ação. Por isso, mesmo mantendo sua integridade ao nível de sua própria consciência, de uma forma inconsciente ou indireta, Graciliano contribuiu com o projeto nacionalista do Estado Novo (ou seja, o sistema incorporou as crônicas de Graciliano ao seu projeto ideológico). Por isso, Raúl Antelo expressa a seguinte opinião sobre os escritos de Graciliano Ramos e Marques Rebelo para *Cultura política*: “Não que produzam *para* o poder, mas, eventualmente, sua produção literária, como toda outra forma de produção artística, acabou sendo possuída e ideologizada num certo sentido” (ANTELO, 1984, p. 87).

Ao estudar as crônicas que compõem *Viventes das Alagoas*, Raúl Antelo diz que “Os Quadros e costumes do Nordeste ordenam-se em torno de duas funções principais. De um lado, há os que ensaiam o memorialismo, mais ou menos na linha do que seriam *Infância e Memórias do cárcere*; de outro, a viagem, a descrição de outros costumes” (ANTELO, 1984, p. 27). Assim, ao utilizar as vestes da identidade regional, através do memorialismo e da descrição de costumes, em revista distribuída nacionalmente que buscava de maneira estratégica a criação ou a repetição de uma unidade em torno da idéia de nação para o povo brasileiro, Graciliano Ramos teve seus escritos incorporados à disseminação da ideologia política de Vargas. Nos textos que tematizavam o Nordeste redigidos para jornais, ocorreu a mesma “ideologização” que aconteceu nas crônicas da revista do DIP.

Como se observou antes, Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a invenção do termo Nordeste aconteceu por volta de 1910 movida por questões

econômicas. Buscava-se homogeneizar os conceitos em torno da região para se conseguir mais subsídios financeiros do governo federal para as elites e justificar a desigualdade social existente no lugar. Tempos depois, Vargas, que sabia que as idéias de nação e região podiam desviar a atenção do povo da economia para a identidade regional, aproveitou-se do fato para centralizar o poder regional e nacional em torno de si. Portanto, quem difundisse, naquele momento, a idéia de uma nação una que englobava diferentes regiões, independente de seu projeto ideológico individual, estava, conseqüentemente, de uma forma indireta, auxiliando a manutenção do poder do ditador.

Muniz de Albuquerque Júnior faz questão de ressaltar que “O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 66). As crônicas de Graciliano Ramos constroem uma “realidade e presença” para o Nordeste quando descrevem seu meio físico e humano a partir da perspectiva da existência de uma realidade unificada na região:

O Nordeste, porém, é atrasado em demasia, a propriedade aí se mantém pela força, às vezes cresce pela força [...].

Aí não há o deserto, mas há muito de deserto. Na campina imensa, onde se achatam colinas baixas, a vegetação espinhosa definha; os rios se infiltram na areia ou formam poços na pedra; aqui e ali surgem bebedouros de água lamacenta; a terra é dura, torrada, pedregosa, varrida constantemente pelos redemoinhos.

Nesse meio agressivo os homens e os rebanhos se dizimam quando há carência de pastagem. Na verdade a pastagem de ordinário não finda pelo consumo, finda pela estiagem. Rarefeita, espalhada na planície enorme, obriga os animais a percorrer distâncias consideráveis para alimentar-se. E os pastores são meio vagabundos. As suas moradas não oferecem muito mais comodidade que as tendas. É certo que não se transportam, mas, simples construções de taipa sem reboco, sem ladrilho, açaçapadas, arranjam-se economicamente e em poucos dias. A gente que nelas vivem tem hábitos patriarcais. A residência do chefe se assemelha às dos moradores próximos, quase todos pessoas da mesma família (RAMOS, 1983, p. 128-129).

Ao apresentar o Nordeste apenas como “atrasado em demasia” com “muito de deserto”, vegetação escassa, rios secos, casas de taipa e com homens possuidores de hábitos antigos, Graciliano Ramos recria as imagens do Nordeste difundidas desde quando, “[...] como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e dos intelectuais a eles ligados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 67), adotou-se e padronizou-se, a fim de benefício federais para a classe abastada, a fisionomia de uma região seca, sem vida e habitada por homens rudes.

O estereótipo de todo o Nordeste seco cristalizou-se na imaginação das pessoas e, principalmente, na mente daquelas que nunca visitaram as diferentes veredas do Nordeste. Por meio desse processo, naturalmente, instituiu-se uma “idéia” que serve de base para a fixação da imagem da região nos indivíduos. E quando se pronuncia ou escreve a palavra Nordeste, vêm ao pensamento, de maneira violenta, as características estereotipadas da região. Perde-se, com isso, a multiplicidade e riqueza de contrastes na abordagem da paisagem do lugar.

Dentro da perspectiva da descrição de costumes do Nordeste, as crônicas de *Viventes das Alagoas* podem ser divididas em três grupos: as que descrevem cerimônias ou festas e costumes da região, as que descrevem os tipos humanos da região e as que descrevem fatos que aconteceram na região. Traços comuns a todas essas crônicas são a ironia e o sarcasmo do narrador na abordagem dos assuntos e a afirmação, por meio dos costumes do lugar, de uma identidade cultural para o Nordeste.

Nas crônicas que tratam das cerimônias ou festas e costumes do Nordeste, Graciliano Ramos aborda o carnaval em duas crônicas, o período do Natal, os casamentos, a habitação do sertanejo e o jogo do bicho. O carnaval é tido como uma manifestação na qual toda a sociedade perdia a compostura: “Homens graves, pais de família, tismados, bebendo aos gritos. Mau exemplo, doidice. Na quarta-feira retomariam a sisudez necessária” (RAMOS, 1983, p. 09-10).

A festa do Natal, segundo o narrador, “[...] tem muito de carnaval” (RAMOS, 1983 (b), p. 12), porque envolve o sentimento de alegria e eventos folclóricos, como desafios de violeiros, cavalhadas, cheganças e pastoril (cf. RAMOS, 1983, p. 12-13). Por isso, o narrador diz que o Natal no interior é uma festa profana, diferente da que ocorre na cidade grande, que tem como símbolo Papai Noel e utiliza-se de “Alguma piedade, vinho verde e castanhas [...], a árvore, um pinheiro, coberta de presentes, com gelo de algodão nas folhas” (RAMOS, 1983, p. 12).

Na crônica “Casamentos”, o narrador descreve as maneiras de se realizar o matrimônio no interior. De acordo com o narrador, “Para a realização do casamento há solenidades curiosas no interior” (RAMOS, 1983, p. 36). Uma delas é o “casamento de corda”, no qual, quando o bispo está visitando a cidade, “Alinha-se grande número de infratores junto a um barbante estendido e, em dez minutos, numa única operação todos se sacramentam” (RAMOS, 1983, p. 39-40). Nessa crônica, há referências à seca e à religiosidade do nordestino, elementos que, juntamente com o cangaço, se repetem de

modo a criarem um estereótipo do nordestino em outras crônicas do autor e em outros textos sobre o Nordeste.

Tendo se detido em algumas festas e celebrações, Graciliano Ramos não esquece de estudar e escrever sobre uma outra diversão do matuto e do brasileiro de um modo geral: o jogo do bicho. Esse jogo de azar se adequou à alma do brasileiro, principalmente, os do interior, pois é visto a partir da ótica do milagre, da fé na divina providência, que o narrador afirma que todos a possuem. Por isso, o narrador argumenta: “A nossa gente supersticiosa, que admite a realização dos sonhos e, especialmente no interior, faz promessas a Santo Antônio a propósito de casamento e a Santa Clara a propósito de chuva, encontrou meio de transformar a graça pedida em dinheiro” (RAMOS, 1983, p. 156).

Geralmente, os tipos humanos do Nordeste descritos por Graciliano Ramos em *Viventes das Alagoas* são pessoas honestas e puras, mas há também espaço para conversas sobre os malandros. No entanto, a figura mais discutida, nas crônicas sobre tipos humanos, é, sem dúvida, a do cangaceiro. Para o qual Graciliano dedica seis crônicas. Nestas, prevalece a idéia do cangaceiro como um cavaleiro bruto e portador de uma faísca de consciência revolucionária que, principalmente, o povo da cidade não possuía. Além disso, o narrador tenta desmitificar a imagem do cangaceiro, mostrando que ele não passa de uma pessoa normal que, cansada da opressão, decide fazer justiça com as próprias mãos e vai à luta. Porém, existem as pessoas que não precisam pegar em armas para fazerem justiça. Na crônica “Dr. Jacarandá”, o narrador apresenta um rábula defensor dos pequenos, “[...] esse D. Quixote escuro entrou firme a combater injustiças, a defender os senhores vagabundos e as senhoras meretrizes” (RAMOS, 1983, p. 25). A inocência e a bondade do rábula levam o narrador a concluir que “[...] não estamos definitivamente corrompidos” (RAMOS, 1983, p. 27). Ainda há pessoas com vontade de fazer o bem e com força para lutar.

A pureza e a inocência de Ciríaco, personagem que dá nome a uma crônica de *Viventes das Alagoas*, não são sinais de ingenuidade da parte do personagem. “Caboclo reforçado”, que se ocupava de “bichos miúdos”, Ciríaco possuía uma “linguagem capenga” e era “Meio selvagem, dormia ao relento, no chão” (RAMOS, 1983, p. 42-43). Certa vez, o narrador tentou lhe explicar a origem do mundo segundo o saber científico e o caboclo, com toda a autoridade do seu senso comum, respondeu ao professor: “- Compreendi. Você quer me empulhar. Pensa que eu acredito nessas besteiras” (RAMOS, 1983, p. 46).

Em “Desafio” e “Inácio da Catingueira e Romano”, encontra-se o relato sobre dois cantadores renomados da cultura popular, Inácio da Catingueira e Romano, que travaram um desafio de repente lendário. Inácio era negro e analfabeto, Romano era branco, de boa família e possuía alguma leitura. O vencedor do desafio foi Romano, que, ao evocar deuses gregos em seus versos, deixou Inácio sem resposta. O que o narrador das crônicas discute é a pertinência de um saber erudito vazio sobre um conhecimento popular calçado na experiência. Para o narrador, quem possui méritos, mesmo tendo sido derrotado, é Inácio e seu conhecimento popular, pois Romano utilizou-se de um saber vazio e pedante que as pessoas aceitam por não o entenderem e por medo de mostrar que, na realidade, não o compreenderam (cf. RAMOS, 1983, p. 126-127).

Dessa forma, o desafio entre Inácio e Romano serve como alusão à desconfiança que Graciliano expressa em toda a sua obra em relação ao discurso letrado. Alfredo Bosi, ao analisar *Vidas secas*, constatou que o elemento que dá alcance revolucionário à visão do referido autor “é a desconfiança alerta que alimenta também em relação ao discurso do ‘civilizado’. Se a voz do iletrado é pobre e partida, a do letrado é oca, se não perigosa” (BOSI, 2003 (a), p. 25). O espírito de desconfiança nutrido contra os dominantes é um dos fatores que culmina na atitude do autor de negação e questionamento das normas vigentes.

Raimundo Pelado é um nome conhecido das pessoas que lidam com a literatura infanto-juvenil, porque é como se chama o protagonista da narrativa “A terra dos meninos pelados”, de Graciliano Ramos. O que poucas pessoas sabem é que talvez esse personagem tenha surgido a partir de um indivíduo real. Tal constatação é embasada pela crônica “Dr. Pelado”, que conta a vida de Raimundo Pelado, poeta e médico prático, que residia em Viçosa, Alagoas. Segundo o narrador, Pelado “Vivia no sonho” (RAMOS, 1983, p. 97), fazia versos orais e se recusava a escrevê-los. Porém, para sustentar a família, Pelado se via obrigado a atuar como médico prático. De sua atuação como poeta e médico, restaram anedotas que se perpetuam na tradição oral do interior de Alagoas (cf. RAMOS, 1983, p. 98). Antelo constata que Pelado pode ser uma curiosa projeção de Graciliano Ramos, pois “simboliza a inteligência desprovida de poder, traços contidos no próprio nome” (ANTELO, 1984, p. 42).

Tema comum aos escritos do período, o messianismo também é abordado por Graciliano Ramos na crônica “Um profeta”. Se no cangaço, o narrador viu uma ponta de revolução, no messianismo ele assinala apenas características que o ridicularizam. A

partir de uma conversa que teve com um “profeta” de Santana do Ipanema, Alagoas, o narrador põe-se a ironizar o personagem: “Um cidadão de vaidade imensa, que pretende, como outros, antigos e modernos, consertar tudo, porque está tudo errado na opinião dele. [...] O que sei é que entende com personagens celestes de alta categoria: fala com a Virgem diariamente e uma vez por semana com Deus Padre” (RAMOS, 1983, p. 122). Por fim, o narrador diz que, se o suposto profeta tivesse nascido em outros tempos, teria causado alguma dor de cabeça às autoridades, mas, como nasceu naquele momento, não passa de um mistificador (cf. RAMOS, 1983, p. 124).

Na crônica “Transação de cigano”, vem à tona explicações sobre um tipo de malandro que age no sertão: o cigano negociante de cavalo, que se aproveita da pureza do sertanejo para trapacear nos negócios. O pior é que, envergonhada, “A vítima do embuste oculta a derrota como se ocultasse doença feia” (RAMOS, 1983, p. 102). O narrador afirma que a esperteza do cigano negociante já é uma tradição dentre as populações sertanejas.

As crônicas que discorrem sobre episódios que aconteceram na região analisam desde pequenos fatos, como a existência de um teatro na roça, até acontecimentos de maior repercussão, como a revolução política de 1930. O narrador mantém a ironia cortante nos dois casos. Na crônica “Teatro I”, relata-se a construção de um teatro com dinheiro emprestado na Europa. Antes de construir o teatro, porém, o governador, responsável pela construção do espaço dramático, comprou muitas coisas para si próprio com o dinheiro do empréstimo (cf. RAMOS, 1983, p. 54).

Em “Um desastre”, narra-se uma inundação que está ocorrendo em Alagoas durante o momento de escrita da crônica. Essa inundação está causando prejuízos ao Estado e seus milhões de habitantes. A fim de sensibilizar os leitores, o narrador recorre a imagens comuns na abordagem do Nordeste, como a seca e a miséria: “Alagoas é um Estado pobre. Em pouco mais de vinte e oito mil quilômetros quadrados arruma-se quase um milhão de habitantes. Para bem dizer, não se arruma: na praia há charco, mosquito, sezão; na catinga há seixo, cardo, fome” (RAMOS, 1983, p. 159). Após descrever todo o cenário de caos provocado pelo dilúvio, o narrador solicita a ajuda do governo federal para o Estado: “Há uma desgraça. Evidentemente o Governo local não tem meio de combatê-la. É indispensável o socorro da União” (RAMOS, 1983, p. 161).

Nota-se nessa crônica que o narrador deixou de observar o sertão e voltou-se para o litoral nordestino. Mas, ao recorrer a subsídios do governo federal para combater os problemas gerados pelas chuvas, pode-se considerar que o narrador inseriu-se no

mecanismo utilizado pela elite do Nordeste para arrecadar mais recursos financeiros para si mesma. No entanto, em vez de usar a desculpa das chuvas, a elite utilizava a desculpa da seca. Esse mecanismo foi detectado por Muniz de Albuquerque Júnior e serviu para a invenção de uma identidade de região pobre para o Nordeste.

Chegando-se a essa conclusão, não implica que Graciliano estivesse em busca de recursos em causa própria, como a elite. Graciliano já morava no Rio de Janeiro nesse período e não exercia mandato estadual. Entretanto, percebe-se que o autor reproduziu em seu texto o discurso de manutenção da desigualdade promovido pela elite da região. Apesar do discurso de “pedido de verba ao governo”, pode-se ainda vislumbrar nessa crônica uma possível crítica ao descaso do governo com a situação calamitosa do litoral alagoano.

Através dos personagens, das festas, celebrações, costumes e fatos do cotidiano, Graciliano Ramos, em suas crônicas, uniformiza um conjunto de características para o Nordeste e constrói uma imagem homogênea para a região. As características utilizadas por Graciliano para inventar o seu Nordeste são as encontradas, principalmente, em comunidades sertanejas do Nordeste.

No entanto, é válido lembrar que, ao agir dessa forma, Graciliano ocultou muitos outros elementos componentes da região que ele se propôs a classificar na revista *Cultura política* e em jornais do período. Esse enfoque empobrece a multiplicidade cultural existente na região. Na obra sociológica de Gilberto Freyre e em grande parte da obra literária de José Lins do Rego, também se encontra determinada imagem do Nordeste. Porém, esses dois autores, ao contrário de Graciliano, optaram por classificar o Nordeste como a região litorânea deste, que é completamente diferente da região sertaneja. Sob esse ponto de vista, observando-se a obra dos dois autores e a do escritor alagoano, percebe-se que ambos falam em um Nordeste como um todo, que, na verdade, são, no mínimo dois nordestes, dadas as suas diferenças e particularidades. Portanto, afirmar “o Nordeste é isso” quase sempre resultará em uma sentença incompleta e falseadora da realidade.

A outra faceta destacada por Antelo nas crônicas de Graciliano Ramos é a recorrência à memória. A memória tem a função de afirmar ao presente que o passado caminha para o futuro em uma linha progressiva, como quer a história tradicional, e que as identidades de lugar que existem no momento são resultantes de um processo histórico unificado. Muniz de Albuquerque Júnior argumenta que “Os artistas e intelectuais tradicionalistas vão apoiar a visibilidade e a dizibilidade regional no

trabalho com a memória” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 78-79). Então, buscando fatos na memória, o artista pode participar da criação ou afirmação da identidade de um lugar, porque o escreve do presente buscando traços no passado, como os mitos de Padre Cícero, Lampião, Delmiro Gouveia, que venham a confirmar o presente e o caminho que se indica para o futuro da região.

Esse é o processo que ocorre nas crônicas de *Viventes das Alagoas*, como se percebe nos fragmentos a seguir: “Quando em 1877, fugindo à seca e a outros flagelos, deixou Olhos-d’Água-do-Acioli e chegou aos arrozais de Anadia, era molecote já taludo e manejava facilmente a enxada no eito” (RAMOS, 1983, p. 25); “Quando, há algum tempo, o Tenente Bezerra deu cabo de Lampião e se dirigiu triunfante a Maceió, conduzindo uma bela coleção de cabeças [...] receberam-no com festas” (RAMOS, 1983, p. 144). Não é de balde que muitas crônicas de *Viventes das Alagoas* retomam assuntos abordados na obra memorialística *Infância*, que também oferece uma representação para a região Nordeste.

Além da utilização da memória para a formação de uma identidade regional, é interessante notar a relevância da memória no processo que Antonio Candido recorreu para explicar o percurso da obra de Graciliano Ramos. Candido afirma que nesta acontece uma passagem natural da ficção para a confissão (cf. CANDIDO, 1992, p. 13). O autor alagoano principiou sua carreira literária escrevendo textos ficcionais e, com o correr do tempo, passou a redigir textos memorialísticos. O último romance, ficção, de Graciliano foi *Vidas secas*, publicado em 1938. A partir daí, iniciou-se a passagem gradual para a confissão, que teve como resultado primeiro a autobiografia *Infância*, publicada em 1945.

Candido não faz referências às crônicas de Graciliano, mas, principalmente em *Viventes das Alagoas*, percebe-se que essas crônicas podem fazer parte daquele processo literário detectado pelo crítico, porque são textos entre a ficção e o memorialismo e trazem como elemento de destaque as características da região Nordeste, que também recebem evidência tanto em *Vidas secas* quanto em *Infância*. Assim, Antelo opina sobre os escritos de *Viventes das Alagoas*: “O narrador-testemunha dos Quadros e costumes cede passagem a um narrador que monta fragmentos tomados à experiência de vida” (ANTELO, 1984, p. 53). Assim, a crônica, na obra de Graciliano, encontra-se em meio à ficção e à autobiografia, entre a realidade e a invenção.

Do ponto de vista contextual, percebe-se a vinculação política e ideológica que as crônicas de Graciliano sobre o Nordeste possuíam com os propósitos de Getúlio

Vargas no período do Estado Novo (1937-1945). Não que o autor quisesse de modo intencional corroborar as idéias de unidade nacional e diversidade regional apregoadas pelo ditador, porém, ao publicá-las, movido por necessidades financeiras, em uma revista editada pelo DIP e em jornais do período, as crônicas acabaram servindo aos desígnios ideológicos de Vargas. Por todos os motivos expostos ao longo desse estudo, não é incoerente afirmar que Graciliano Ramos possa ser considerado o cronista dos costumes do Nordeste, por haver contribuído com a invenção de uma identidade cultural para a região.

### Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984. (Ensaio).
- BOSI, Alfredo. Céu, inferno. In: BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*. 2. ed., São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003 (a). (Espírito Crítico).
- \_\_\_\_\_. Plural, mas não caótico. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira, temas e situações*. 4. ed., São Paulo, Ática, 2003 (b). (Fundamentos).
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra – biografia intelectual. In: GARBUCLIO, José Carlos, BOSI, Alfredo, FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 8. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MAGALHÃES, Agamenon. *Nordeste brasileiro*. Recife: ASA Pernambuco, 1985.
- MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- PONTES, Antônio Barroso. *Cangaceirismo do Nordeste*. Rio de Janeiro, 1973.
- RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. 12. ed., Rio de Janeiro: Record, 1983.
- RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- REGO, José Lins. *O cravo de Mozart é eterno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.